

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: ‘Novos ricos’ da mineração temem perda de royalties	1
Título: Em Minas Gerais, municípios correm atrás de alternativas	4
Título: Guedes articula novo plano para economia após ‘fogo amigo’	5
Título: Petrobrás cria diretoria de digital e inovação.....	7
VEÍCULO: O Globo.....	7
Título: Royalties vão dobrar em 5 anos com megaleilão do petróleo	7
Título: Com royalties em risco, prefeituras temem colapso	10
Título: China aposta em serviços e tecnologia no Brasil	11
Título: Nas duas pontas.....	13

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/09/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: ‘Novos ricos’ da mineração temem perda de royalties

Municípios do norte do País destinam parte dos recursos a projetos econômicos para tentar minimizar impacto da perda de arrecadação

O fantasma da dependência assusta municípios do norte do País, alçados à condição de “novos ricos” da mineração, diante da crise detonada pelas recentes tragédias com barragens de dejetos da Vale e da Samarco em Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais. O rompimento das barragens afetou a produção de minério de ferro no Estado e também o desenvolvimento do projeto S11D, o maior investimento da Vale, em operação desde 2017 em Canaã dos Carajás (PA). Até agosto, os 63 municípios mineradores do Pará arrecadaram R\$ 1,3 bilhão em Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o royalty da mineração, ultrapassando a liderança histórica das 471 cidades mineradoras de Minas Gerais, com receita de R\$ 1,2 bilhão, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM).

A reversão decorre da combinação entre o aumento de produção da Vale no Sistema Norte e a evolução do S11D, e a paralisação de algumas operações em Minas pós-Brumadinho. A cidade de Parauapebas, onde está a operação mais antiga da Vale na região de Carajás, lidera o ranking nacional de recolhimento de royalties, com R\$ 684 milhões no ano. Em seguida vem Canaã, com R\$ 430 milhões e perspectiva favorável por abrigar o S11D. Em 2018, a arrecadação de CFEM do município subiu 349%, para R\$ 321 milhões. Temendo repetir a situação vista em cidades de Minas, onde a CFEM é imprescindível para as finanças públicas, as prefeituras locais querem evitar que a riqueza gerada pela atividade se torne herança maldita.

A vida útil das minas de ferro da Vale no Pará vai de 2042, na Serra Norte, a 2062 no projeto S11D e na Serra Leste, mas os problemas enfrentados por seus pares no Sudeste acenderam o sinal de alerta. “O minério não é muito diferente de um doce. Uma hora vai raspar tudo e chegar ao fundo do tacho”, afirmou Jeová Andrade, prefeito de Canaã, durante encontro de municípios mineradores no mês passado. Poupança. A prefeitura de Canaã criou em 2017 o Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Ele destina 5% do valor da CFEM a investimentos de empreendedores locais em áreas como agricultura e comércio, por meio de uma linha de crédito com juros menores que os de mercado. Também prevê financiar instituições de ensino, pesquisa e bolsas de estudo.

Hoje são R\$ 23 milhões em caixa e a meta é superar os R\$ 50 milhões ao fim de 2020. “Precisamos estar preparados e ter alternativas”, disse Andrade. Em iniciativa semelhante, Parauapebas destinou quase R\$ 5 milhões da CFEM nos últimos dois anos e meio ao financiamento de iniciativas econômicas como o programa de mecanização agrícola, obras de urbanização, como manutenção de estradas, programa de iluminação pública com LED, reestruturação do distrito industrial e atração de novos empreendimentos. Ao contrário de Canaã, os valores são definidos anualmente na Lei Orçamentária. Para 2020, estão

previstos R\$ 3 milhões. No início do mês, o município aprovou a criação do Fundo de Incentivo às Ações de Ensino Superior, que receberá 1,7% da arrecadação com a CFEM.

“Estamos nos preparando para o day after (o futuro)”, disse Darci Lermen (MDB-PA), prefeito de Parauapebas. “Em 15 anos queremos nos consolidar também no turismo e na produção rural.” Apesar de considerar positivo o engajamento dos prefeitos, a postura pode ser insuficiente, segundo a professora da faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Maria Amelia Enriquez. “Não é trivial romper com a dependência mineral”, disse. “Isso exigiria esforço que vai além do município minerador e tem a ver com política federal e estadual.” Especialistas descrevem uma espécie de efeito ímã das cidades mineradoras. Por concentrarem mais riqueza, atraem os melhores fatores de produção dos municípios vizinhos. Com a economia aquecida, o custo de vida sobe e a população que não participa do circuito da mineração vai embora.

Quanto mais o setor prospera, maior se torna o vínculo, pois as empresas atraídas são quase sempre prestadoras de serviços para a mineração. A maior arrecadação de royalties também não se traduz necessariamente em melhoria do indicador de desenvolvimento. Os dez municípios que mais receberam royalties de petróleo e mineração este ano estão longe do topo do ranking nacional do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) – divulgado em 2018, com dados de 2016. O estudo acompanha o desenvolvimento socioeconômico dos mais de 5 mil municípios do País em três áreas: emprego e renda, educação e saúde.

Ranking. Cruzamento feito pelo Estadão/Broadcast mostra que, entre os produtores de petróleo, Ilhabela (SP) é o melhor colocado, na 31.ª posição no ranking e a quinta maior arrecadação este ano até agosto, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Já a líder em arrecadação, a cidade fluminense de Maricá, é a número 2.669 no índice. Entre os mineradores, Nova Lima, o quarto maior em CFEM, é o município mais bem colocado em termos de desenvolvimento, na 264.ª colocação. Líderes em arrecadação de royalties, Parauapebas e Canaã dos Carajás ocupam as posições 1.318 e 2.503, respectivamente.

Estudo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas em parceria com a professora Maria Amelia mapeou o uso da CFEM em Canaã com base em dados da Lei Orçamentária de 2018. O resultado aponta que a prioridade no uso dos royalties não tem sido criar alternativas que minimizem a dependência da mineração. A maior parcela (39%) dos recursos da CFEM foi para o urbanismo (asfaltamento de ruas e limpeza pública, por exemplo). Outros 30% foram gastos com administração pública e 14% com saneamento. Só 5% foram para

agricultura, atividade que pode ser alternativa econômica.

Os indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável revelaram situações paradoxais em Canaã: houve melhora em dimensões associadas ao crescimento econômico, à infraestrutura e à educação, mas agravamento de problemas sociais ligados ao aumento da pobreza, da desigualdade racial, de gênero e da violência. A divergência entre a previsão e a real arrecadação impede a execução de planejamento eficaz. Maria Amelia considera infrutíferas estratégias de diversificação, como a criação de distritos industriais no Sudeste do Pará. “É um investimento muito grande em um capital físico que fica ocioso”, disse. “Não se cria dinâmica econômica por decreto.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/09/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Em Minas Gerais, municípios correm atrás de alternativas

Esgotamento de minas e acidentes mostram falta de planejamento e que recursos nem sempre resolvem problemas

Enquanto municípios da Região Norte entram agora na era dourada da arrecadação de royalties da mineração, Minas Gerais vive fase de declínio da atividade. Em Itabira, o esgotamento dos recursos é iminente. Relatório da Vale enviado à entidade que regula o mercado de capitais nos Estados Unidos fala em exaurimento em 2028. Cidades como São Gonçalo do Rio Abaixo e Nova Lima se depararam com a paralisação inesperada de operações da Vale, como em Vargem Grande, na esteira do rompimento da barragem em Brumadinho. As cidades mineradoras convivem com uma instabilidade inerente à atividade. Em busca de alternativas, Itabira assinou, em julho, memorando de entendimento com as chinesas Chalieco e Cinf Engineering, do grupo Chinalco, para a implantação de três projetos: a expansão do câmpus da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), a construção do Parque Científico e Tecnológico de Itabira (PCTI) e do Aeroporto Industrial de Itabira.

Os investimentos devem superar US\$ 100 milhões, tendo como garantia recursos da receita com royalties da mineração. Investimentos. “Itabira é o caso mais grave pela iminência de exaurimento da mineração”, afirmou Thiago Toscano, presidente da Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas (Indi). “Assinaram o memorando, mas para desenvolver qual tipo de tecnologia? Vender para quem? Escoar por onde? Trazer qual tipo de carga (pelo aeroporto)? Há muitas ideias soltas e que não se conectam com a realidade dos municípios.” Durante encontro da Associação de Municípios

Mineradores de Minas e do Brasil (Amig), em agosto, Toscano deu dois recados aos prefeitos: o município não atrai investimentos, mas se torna atrativo para recebê-los; mais dinheiro (royalties) nem sempre resolve o problema. Toscano disse que os municípios precisam se posicionar.

O caso de Extrema, no sul de Minas, é citado como referência. Com o maior PIB per capita do Estado, chega a recusar investimentos, informou Toscano. “Extrema aproveitou sua logística e se posicionou para ser a extensão de São Paulo, mas com custo mais barato.” Antes de investir, as companhias analisam pontos como infraestrutura, logística, segurança, educação e saúde. São Gonçalo do Rio Abaixo é vista como exemplo de boa gestão, mas, segundo o executivo do Indi, sofre porque, apesar de estar a apenas 90 km de Belo Horizonte, o percurso entre as duas cidades leva em média três horas. A solução passaria pela duplicação da BR-381, mas isso depende de articulação política. Prestação de contas. Enquanto discutem alternativas, prefeitos de cidades mineiras são questionados pelo Tribunal de Contas em relação ao uso dos royalties.

O TCE de Minas determinou recentemente a devolução de milhões em recursos de Mariana e Itabirito, em ações relativas ao orçamento de 2013. O tribunal defende que a CFEM seja aplicada em infraestrutura e diversificação econômica. A Amig disse que a lei veda apenas o uso dos recursos para a quitação de dívidas e folha de pagamento, além de recomendar a aplicação preferencial de 20% da arrecadação em infraestrutura e diversificação econômica. “Uma coisa é se o município usa bem o dinheiro, outra é se usa dentro da lei. A Amig está dentro da lei”, disse o consultor da entidade, Waldir Salvador.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/09/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli

Título: Guedes articula novo plano para economia após ‘fogo amigo’

Após ‘fogo amigo’, Guedes faz ofensiva por reformas

Em articulação com Câmara e Senado, ministro da Economia costura acordo para enviar ‘bloco’ de medidas para destravar economia

Após ser alvo de “fogo amigo” dentro do próprio governo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, lançou mão de mais uma cartada para tentar agilizar o avanço das reformas no Congresso. Em uma articulação com os presidentes da

Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), Guedes costura um acordo para enviar em bloco medidas que podem destravar a economia e, ao mesmo tempo, auxiliar no ajuste. A ofensiva tem sido chamada de “agenda da transformação”. O ministro precisará conciliar essa pauta com as medidas de curtíssimo prazo para fechar o Orçamento de 2020 e também com a diretriz do presidente Jair Bolsonaro – que vetou do dicionário de propostas do governo três termos: criação de nova CPMF, quebra da estabilidade para servidores em atividade e desobrigação de reajustar o salário mínimo pela inflação.

Bolsonaro já avisou à equipe econômica não querer que integrantes do governo voltem a esses assuntos publicamente, sobretudo o do salário mínimo, fonte do maior desconforto na ala política do governo. Com a pressão sobre Guedes, revelada pelo Estado, o presidente também buscou emitir sinais de que está alinhado com o ministro. O primeiro passo da agenda foi o acordo, alinhado na semana passada, para promulgar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que destrava o megaleilão de petróleo do pré-sal, programado para novembro. Com o acerto, o governo conseguirá usar os recursos da venda do petróleo excedente para fechar as contas deste ano.

A próxima etapa é passar no Congresso uma proposta que aciona mais rapidamente medidas de contenção (os chamados “gatilhos”) dos gastos previstos na Constituição, criando novos freios para as contas, como a proibição do reajuste a servidores. Um senador vai apresentar o texto, que será semelhante à proposta de redesenho das regras fiscais do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), incorporando modificações da área técnica do governo. A expectativa é que a iniciativa possa tramitar em até 35 dias no Senado e depois seja apensada à de Pedro Paulo na Câmara dos Deputados. Em seguida, outro senador também vai encampar a ideia de Guedes de desvincular (retirar os “carimbos”), desindexar (remover a necessidade de conceder automaticamente reajustes) e desobrigar o pagamento de despesas.

Essa nova proposta tem recebido o apelido de PEC DDD. Também fazem parte da agenda a criação do Conselho Fiscal da República (uma espécie de “Copom das contas públicas”, órgão que definiria metas fiscais para União, Estados e municípios) e uma reforma administrativa, que vai enxugar o número de carreiras e reduzir o salário inicial dos funcionários públicos. A Câmara dos Deputados ficará com a reforma tributária – coordenada com o Senado por meio de uma comissão mista –, a autonomia do Banco Central, a privatização da Eletrobrás e o novo marco legal do saneamento. Algumas dessas propostas já estão tramitando na Casa, e as que ainda não chegaram, como a reforma tributária, serão enviadas pelo rito normal, começando pela Câmara.

Comunicação. Em outra frente, o Ministério da Economia está atacando a

pressão por mais recursos dentro do próprio governo e destacou um grupo de técnicos para conversar pessoalmente com representantes das demais pastas. A estratégia de comunicação interna é detalhar a situação difícil das finanças, conscientizar os outros ministérios e amenizar a insatisfação com a falta de dinheiro. O mesmo já foi feito em reunião com lideranças do Congresso. A equipe de Guedes considera a pressão política natural, por conta do momento de alta restrição fiscal, que levou o governo a enviar uma proposta orçamentária para 2020 com apenas R\$ 89,2 bilhões para as chamadas despesas discricionárias, que incluem investimentos e custeio da administração pública.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Luana Pavani

Título: Petrobrás cria diretoria de digital e inovação

Alto Escalão

» A nova diretoria de Transformação Digital e Inovação ficará com Nicolás Simone, ex-CIO/CDO do Boticário.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/09/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E PEDRO CAPETTI

Título: Royalties vão dobrar em 5 anos com megaleilão do petróleo

Nova chance

Arrecadação do petróleo vai dobrar com produção nas áreas do megaleilão, diz ANP

A arrecadação de União, estados e municípios com o petróleo vai dobrar em cinco anos. Segundo cálculos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) obtidos pelo GLOBO, a produção estimada em 1,2 milhão de barris diários das quatro áreas do pré-sal da Bacia de Santos, que serão ofertadas no megaleilão confirmado pelo Congresso para novembro, será capaz de abastecer os cofres públicos com R\$ 52,5 bilhões por ano a partir de 2024. A cifra é muito próxima de tudo o que foi arrecadado em royalties e participações especiais (PEs) por toda a indústria do petróleo no país em 2018: R\$ 55,2 bilhões.

Considerando o Imposto de Renda a ser pago pelas petroleiras, a arrecadação dos quatro campos sobe para cerca de R\$ 70 bilhões por ano.

— Esse volume estimado de arrecadação fiscal equivale praticamente a uma reforma da Previdência — compara o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, com os R\$ 876 bilhões que o governo pretende economizar em dez anos com as novas regras para a aposentadoria.

— São estimativas, mas os números dão uma ideia do nível de grandeza a que vai chegar a arrecadação futura.

O Rio, cujo litoral abriga os campos do megaleilão, será o mais beneficiado. No modelo de partilha adotado no pré-sal, que cobra das petroleiras, fatia mais alta de participações governamentais, quase 60% da parcela de royalties são divididos entre estados e cidades produtoras. Isso significa que a produção dos quatro campos será uma nova oportunidade para a recomposição das finanças do Estado do Rio e de cidades produtoras para fazer investimentos capazes de viabilizar o futuro sem o petróleo.

A condição de estado produtor também garantiu ao Rio fatia maior que ade outras unidades da federação nos R\$ 106,5 bilhões que devem ser arrecadados no leilão com bônus de assinatura, pelo direito de exploração. A União prometeu dividir 30% com todos os estados e municípios, e o Senado assegurou R\$ 2,5 bilhões para o Rio, a serem confirmados na Câmara.

AMEAÇA NO STF

A perspectiva de reforço no caixa estadual e dos municípios, no entanto, está ameaçada por um julgamento também marcado para novembro no Supremo Tribunal Federal (STF). O plenário da Corte vai decidir sobre a constitucionalidade de uma lei aprovada no Congresso em 2012 que reduz drasticamente o repasse de royalties e PEs para regiões produtoras e redistribui esses recursos para todos os estados e municípios do país.

A possibilidade de o STF derrubar a liminar da ministra Cármen Lúcia — que suspendeu a lei — preocupa governo estadual e prefeituras não só por causa da arrecadação futura. O efeito seria imediato sobre as receitas atuais do petróleo. O Rio tem 77% da produção nacional.

Em Maricá, na Região dos Lagos, a queda na receita anual seria de 69% já em 2020, segundo a ANP. Na vizinha Saquarema, de 27%. As duas cidades também estariam entre as que mais perderiam os recursos futuros dos campos do megaleilão, já que o deslocamento da produção da Bacia de Campos para o pré-sal da Bacia de Santos também está alterando a geografia da distribuição dos recursos do petróleo no Estado do Rio. O litoral das duas cidades é confrontante

com os quatro campos do leilão. Elas serão as grandes beneficiadas com a produção deles, assim como foram Macaé e Campos dos Goytacazes no auge da produção no Norte Fluminense.

— Se houver redução nos royalties, vamos ter que tirar o pé do acelerador e repensar os investimentos dos próximos anos com cautela. Queremos estruturar a cidade para projetos de longo prazo e não ficar dependentes do petróleo — diz Leonardo Alves, secretário de Planejamento de Maricá.

DEZ PLATAFORMAS

Oddone, da ANP, explica que as estimativas de arrecadação que serão geradas pelas quatro áreas do megaleilão consideram a instalação de dez plataformas, com capacidade de 150 mil barris por dia cada, na região, além de uma cotação internacional do barril do petróleo em torno de US\$ 70 e do dólar em R\$ 4. A expectativa é que essas plataformas comecem a entrar em operação a partir de 2024 de forma gradativa, atingindo o pico de produção ainda na próxima década. A atividade deve gerar uma demanda de investimentos pela indústria da ordem de R\$ 1,7 trilhão até 2030.

‘UM RECADO PARA O RIO’

Para o diretor da ANP, a concentração desse impacto econômico no Rio dá nova oportunidade para o estado e suas cidades usarem os recursos para investir em infraestrutura e promover desenvolvimento econômico, evitando os exemplos de mau uso dessa riqueza que chamaram a atenção no passado recente. O gasto com custeio, pessoal, shows e até com um calçadão de porcelanato marcaram as primeiras décadas de bonança do petróleo em cidades produtoras do Rio. Oddone alerta que é preciso eliminar a dependência dos royalties porque o petróleo tem preços instáveis e é finito: — A perspectiva de recursos tem um recado para o Rio. Esse dinheiro tem que ser bem usado porque podemos dizer que é a última grande oportunidade de aproveitar esses recursos. Com a transição energética, os preços do petróleo vão cair no futuro. Não existe maldição do petróleo, o que existe é má gestão. A gente tem que aproveitar esses recursos de forma adequada.

Para Rodrigo Meier Bornholdt, advogado especialista em royalties, o petróleo deveria financiar saúde e educação, desenvolvendo socialmente as regiões produtoras. Para ele, a melhor forma de garantir esses investimentos seria uma legislação com mais restrições ao uso dos recursos: — O uso dos royalties é muito incerto, depende de quem está à frente da gestão, do grupo político local. O ideal seria carimbar parte dessa verba.

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/09/2019****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ E PEDRO CAPETTI****Título: Com royalties em risco, prefeituras temem colapso**

Estudo da Firjan estima que municípios produtores perderiam R\$ 30 bilhões entre 2020 e 2030, afetando serviços à população

A euforia em relação às perspectivas de arrecadação das áreas do megaleilão pode se transformar em um pesadelo para o Rio e seus municípios produtores se o Supremo validar a lei que redistribui royalties. Um estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), obtido com exclusividade pelo GLOBO, dimensiona o risco de colapso financeiro no estado.

Segundo o levantamento, com a redistribuição dos royalties, prefeituras do Rio perderiam R\$ 30,1 bilhões de 2020 a 2023. O governo estadual deixaria de arrecadar R\$ 25,7 bilhões. O trabalho revela o impacto que isso poderia ter na vida dos habitantes das cidades mais afetadas. A perda de receita poderia inviabilizar serviços como o abastecimento de água em periferias ou a manutenção de 566 mil alunos no ensino público, além de colocar em risco quatro milhões de atendimentos nos sistemas de saúde municipais.

‘REPERCUSSÕES ECONÔMICAS’

No documento, a Firjan argumenta que eventual perda de royalties coloca em risco a própria sustentação financeira de prefeituras e aponta “repercussões econômicas de redução do emprego e renda.”

— Calculamos os impactos sociais considerando os orçamentos das cidades, que são pressionados pelo aumento populacional em razão do aumento da atividade do petróleo. Os recursos seriam reduzidos quando eles mais precisam — diz Karine Fragoso, gerente de Óleo e Gás da Firjan.

O Estado do Rio direciona 80% dos royalties para a capitalização de fundos de previdência, mas, como o pagamento de aposentadorias é uma despesa obrigatória, a redução dessas receitas afetaria gastos em áreas essenciais como saúde, educação e segurança, aponta a Firjan.

— As consequências seriam no mínimo desastrosas para todo o estado, que já vive condições difíceis. Não podemos sequer pensar em não ter esses recursos — diz o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Lucas Tristão.

Nos bastidores, prefeitos se articulam junto ao governador do Rio, Wilson Witzel, e parlamentares em Brasília para tentar influenciar o STF.

— Se essa partilha acontecer, vamos passar por dificuldades muito além das de hoje. Nossa atenção é total, mas temos que agir com cautela — diz o prefeito de Campos, Rafael Diniz, presidente da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi, o STF poderia ajudar as contas de todas as cidades do país com a redistribuição: — Lutamos pelo compartilhamento mais igualitário.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/09/2019

Seção: Economia

Autor: HENRIQUE GOMES BATISTA E JOÃO SORIMA NETO

Título: China aposta em serviços e tecnologia no Brasil

Em nova fase de investimentos, empresas chinesas começam a se voltar para setores de consumo e mais próximos do cotidiano dos brasileiros. País asiático aportou cerca de US\$ 60 bilhões no país nos últimos dez anos

SÃO PAULO- O investimento chinês, que até alguns anos atrás estava focado em grandes projetos de energia, petróleo e agronegócios, está chegando ao cotidiano dos brasileiros. Os asiáticos, que investiram quase US\$ 60 bilhões no país nos últimos dez anos — segundo dados do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) — estão atuando em setores como transporte por aplicativo, bancos digitais, lojas de alta tecnologia e até celulares usados. Isso contribui para uma mudança de imagem que a China busca no mundo. De “copiador de produtos”, o gigante asiático quer ser reconhecido como uma potência em inovação tecnológica.

— A China já é uma potência tecnológica, exportando inovação. Por trás da guerra comercial com os EUA, há a disputa tecnológica — diz Tulio Cariello, coordenador de Análise e Pesquisa do CEBC.

Essa busca por se mostrar como país inovador já se reflete no Brasil. Depois dos projetos bilionários, o investimento hoje é menor, mas está mais disseminado pela economia e gera efeitos no mercado de trabalho.

Segundo o pesquisador mexicano Enrique Dussel Peters, professor da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e coordenador-geral da Rede Acadêmica da América Latina e Caribe sobre China (Red ALC-China), o Brasil é o país latino que mais se beneficia da relação com a China.

— O comércio entre os dois países e o investimento chinês no Brasil sustentam, segundo nossos estudos, 1,6 milhão de empregos no país — afirmou.

Uma das principais estratégias para o projeto de mudança de imagem da China está baseada no fortalecimento de marcas de tecnologia. Um exemplo disso foi a inauguração da primeira loja da Xiaomi no Brasil, em um shopping paulistano, em junho. A loja teve fila na porta e senha para visita por um mês. Com 200 produtos — com preços que vão de R\$ 25 a R\$ 9 mil, passando por canetas a robôs de limpeza — a marca prevê uma segunda loja no país ainda neste ano e uma “agressiva expansão” em 2020. Para o diretor Lucia-no Barbosa, mais que quebrar o preconceito com produtos chineses, a Xiaomi pode ajudar a intensificar a relação entre os dois países: — Estamos vendo a demanda dos brasileiros. Podemos criar produtos especiais para este mercado.

PARCERIAS

Parte destas empresas chinesas começam a investir em tecnologia conjunta no Brasil. Esse é o caso da BYD, gigante que produz painéis solares, carros, caminhões e ônibus elétricos e acabou de vencer a licitação para um monotrilho em Salvador.

— Estamos fazendo parceria com empresas nacionais, como a WEG, de motores, e a CSN, para o desenvolvimento de materiais mais resistentes — disse Adalberto Maluf diretor da subsidiária BYD Brasil.

Essa ligação com inovação e tecnologia é confirmada no mundo acadêmico. O Instituto Confúcio, do governo chinês, já dá aulas de mandarim para dez mil universitários brasileiros.

— Os universitários veem a China como uma grande opção e estão cada vez mais procurando o ensino do mandarim — afirmou o professor Luís Antonio Paulino, coordenador do Instituto Confúcio na Unesp.

Vinte meses depois da aquisição da 99, plataforma brasileira de transporte por aplicativos, por US\$ 600 milhões, a Didi Chuxing, chamada de Uber chinês, informa que o faturamento cresceu seis vezes e o número de motoristas triplicou, chegando a 600 mil no país. Hoje, a empresa atende 18 milhões de usuários. Nas próximas semanas, a empresa está trazendo um novo executivo Mi Yang, para expandir a operação no país, com foco em segurança do passageiro e um novo centro de atendimento, que funciona 24 horas.

A empresa chinesa de venda de itens eletrônicos de segunda mão, Aihuishou, investiu US\$ 3 milhões na brasileira Trocafone, que vende celulares de segunda mão reformados. O capital chinês permitiu que a Trocafone contratasse mais 40 desenvolvedores para melhorar a plataforma, chegando a 450 funcionários.

— Temos um projeto conjunto para uma empresa global de venda de celulares usados e a Trocafone será o hub para a América Latina — conta o diretor-executivo da empresa, Guille Freire.

NOVAS OPORTUNIDADES

Claudio Frischtak, presidente da consultoria Inter.B., vê novas oportunidades de investimento chinês nas concessões de estradas federais e estaduais, e no setor de energia renovável.

O presidente da State Grid Brazil, Chang Zhongjiao, disse ao GLOBO que o interesse da empresa pelo país se mantém. De todo o investimento no exterior feito pela State Grid, gigante chinesa do setor de energia, 50% vieram para o Brasil, o que representa R\$ 27 bilhões, nesses últimos nove anos, explicou Chang.

— Temos interesse no longo prazo no Brasil. Há muitas necessidades no setor de energia a serem supridas, o sistema regulatório é muito transparente e está em pleno funcionamento e o Brasil é muito receptivo a tecnologias inovadoras, como a que trouxemos para o linhão de Belo Monte — disse Chang.

Para os chineses, entre os grandes mercados consumidores do mundo, o Brasil apresenta estabilidade jurídica, o que abre uma grande oportunidade de investimento, embora ainda exista certa preocupação com o sistema tributário e com as responsabilidades trabalhistas, avalia o advogado Thiago Flores, do escritório Dias Carneiro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: Nas duas pontas

Marcos Tavares, um dos principais consultores da equipe econômica para as recentes mudanças na legislação do gás natural, não perdeu tempo. É sócio da Gas Bridge, que já assinou um memorando de entendimentos com a YPFB, a estatal de gás da Bolívia, para criar uma empresa que operar neste setor no Brasil.

Com Gabriel Mascarenhas, Athos Moura e Marta Szpacenkopf

MME / ASCOM .